

A COLÔNIA E OS INTERESSES PELA CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL

Maria Isabel Moura Nascimento¹
Manoel Nelito M. Nascimento²

RESUMO: Neste artigo, o tema "as Instituições Escolares no período colonial (1549-1808)" é apresentado com o objetivo inicial de compreensão deste processo histórico da Educação brasileira e que também poderá subsidiar as discussões que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Projeto 20 Anos do HISTEDBR. As regiões em que surgiram as primeiras Instituições escolares no país, na colônia, são mapeadas, para que num segundo momento seja possível explorar um pouco mais este contexto inicial. O texto identifica algumas categorias para aprofundamento que são Estado, Instituição, Poder, Igreja, Etnias e Educação. Consideramos que o esforço de marcar a idéia central está delimitado na criação das primeiras Instituições e nos interesses para a construção destas escolas na sociedade colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições escolares; Portugal e Brasil – Período colonial.

The colony and the interest on the creation of Brazilian scholar institutions

ABSTRACT: In this article, the subject "The School Institutions in the Colonial Period (1549-1808)" is presented, with the initial objective of understanding this historical process on Brazilian Education, which will also be able to subsidize the discussions that are being developed within the Project 20 Years of the HISTEDBR. In this article the regions where the first School Institutions appeared in the country, during the colonial time, are gathered, so that, in a second moment, this initial context will be more explored. The text identifies some categories for deepening the study, which are State, Institution, Power, Church, Ethnic groups and Education. It is considered that the effort to mark the central idea is delimited in the creation of the first Institutions and the interests for the construction of these schools in the colonial society.

KEY WORDS: School institutions; Portugal and Brazil - Colonial period

1 Doutora em Educação, Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Professora da UEPG. Coordenadora do GT UEPG do HISTEDBR. *E-mail:* misabel@lexxa.com.br

2 Doutorando em Educação na FE – UNICAMP

Introdução

Este texto tem como objetivo colaborar com as pesquisas relacionadas às Instituições Escolares Brasileiras, embora ainda de forma limitada, para a compreensão na sua totalidade, do período colonial no Brasil, no plano categorial da história, e de forma que possamos analisar suas diversas formas de desenvolvimento descobrindo seus nexos internos. Nosso propósito inicial busca marcar, através do caráter histórico, político e ideológico, o processo de interesses externos e internos que ocorriam na Europa no período colonial no território brasileiro.

Essa transição da Idade Média feudal para a Modernidade capitalista é marcada pelos grupos que saíram para as grandes aventuras, buscando mais riquezas e para isso era preciso colonizar as colônias "virgens", como foi o caso do Brasil, Ásia e África, colonizado por Portugal que adquiriu concessão sobre as terras brasileiras.

Como estamos preocupados com os primórdios das Instituições Escolares Brasileiras, não podemos nos distanciar de como foram constituídas; a sociedade em que estas escolas foram organizadas e as funções que elas cumpriam, da mesma forma como marcaram sua própria função social na cena sociopolítica. O grande risco é que as instituições escolares tenham seu papel social naturalizado como "civilizatório".

Acreditamos que a educação de qualquer povo determina o grau de desenvolvimento da sociedade e conseqüentemente as formas das relações sociais, ao mesmo tempo em que a sociedade começa a marcar os espaços de uma determinada classe, as regras inerentes a elas e o modo de vida também são determinantes.

As Instituições Escolares vão através dos tempos também se ordenar para atender as formas de construção e desconstrução de sujeitos, que o termo instituição constitui, definindo-se sempre, balizada pela organização de classes dominantes. Esta se define aqui por "[...] coisa instituída ou estabelecida [...]" "Estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência, e identificável pelo valor de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis". (HOLANDA, 1995, p. 77).

A Instituição Escolar é um dos pilares fundamentais do aparelho do Estado, porém não é o único sustentáculo da classe dominante. E se apresenta de acordo com os interesses dominantes de cada época, como um reprodutor dessa ordem, buscando assessorar uma determinada concepção de homem e as remodelações vão se fazendo presentes de acordo com o desenvolvimento e os interesses a eles inerentes, assegurados pelo Estado.

Uma conseqüência para quem galga estudar as Instituições Escolares nesta perspectiva é que os resultados de análise não podem ser lidos definitivamente, através dos documentos de cada instituição, na forma como se apresentam em seus registros, ou da forma como estão organizados, considerando-os imunes ou isentos dos condicionamentos sociais.

Instituições Escolares-Século XVII

O sistema educacional no período colonial (1549-1808) era composto desde sua origem de forma etnicamente plural e multilíngüe. Neste sentido podemos perceber quem tinha acesso à educação disponível e quais as condições de acesso à educação oferecida.

Ao se analisar como as instituições escolares eram instaladas no território brasileiro e a quem pretendiam atender, não se pode fugir da idéia de que estavam organizadas com algumas categorias distintas aos interesses da época que são: histórica, econômica e política. Nesta época, no período colonial, o país não se representava como nação independente, era ainda propriedade de Portugal.

Essa sociedade portuguesa era organizada ao redor do rei, onde Deus era o centro e a razão de tudo para o homem. Em função do comércio o Estado português se burocratizou em uma larga "[...] rede de interesses ao redor do rei, fortalecendo o sistema econômico e político vigente, formou o estamento mercantil voltando exclusivamente para seu próprio desenvolvimento, ditando suas próprias regras". (PAIVA, 2002, p. 23).

A Coroa portuguesa, para atender aos seus objetivos, que eram; perseguir o lucro oferecido pelos banqueiros internacionais e garantir a entrada no mercado da grande entidade comercial, impõe à sociedade os seus objetivos "[...] restringir a economia livre, definindo as possibilidades de sobrevivência das massas, impondo o monopólio." (p. 23).

Em uma sociedade que era constituída como sagrada, e onde reis, nobres e povo tinham uma mesma fé, a colonização do Brasil, da África e da Ásia não poderiam ser diferentes daquela imposta pela Coroa. A educação nesta perspectiva identifica as Instituições que eram organizadas naquele período para dar instruções, conforme os valores do colonizador.

A população brasileira até o séc. XVII era predominantemente formada de índios, descendentes de europeus portugueses, negros e filhos dos descendentes de europeus. Desta forma, iniciam-se diversas formas de comunicação e é claro através dos mais diversos dialetos.

O sistema colonial é identificado neste artigo em duas fases: 1549-1789, com a chegada dos jesuítas, até a sua expulsão e a segunda fase, 1759-1808, o período caracterizado como Pombalino, quando a Família Real muda-se para o Rio de Janeiro.

Desde a chegada dos primeiros colonizadores no Brasil em 1535, a educação dos colonos ficou a cargo, exclusivamente, dos religiosos católicos e predominantemente da congregação Jesuítica, por 210 anos consecutivos. É no século XVI que os jesuítas consolidam sua ação evangelizadora através dos seus três maiores colégios fundados em terras brasileiras: Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco.

Estes colégios foram criados com a mesma estrutura dos colégios Europeus, para isso foram trazidos mobílias e uma boa biblioteca, com cerca de 3000 livros aproximadamente. Os outros dois colégios fundados no Rio de Janeiro e Pernambuco possuíam dependências individuais para os alunos internos com: cozinha, copa, refeitório, oficinas. Os alunos dispunham também de horta e pomar, e ainda farmácia com uma enfermaria não só para atender os alunos mas também a quem necessitasse.

A primeira escola oficial no país foi fundada em 1550 e chamava-se "Colégio dos Meninos de Jesus na Bahia", trazendo os moldes dos orfanatos da Companhia, em Lisboa. O segundo inaugurado no país foi o "Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente", inaugurado em 2 de fevereiro em São Paulo e que deveria acompanhar os modelos educacionais do primeiro colégio. No ano seguinte, foi criado o terceiro e o último neste período dos "Colégios Meninos de Jesus", também em São Paulo, em Piratininga.

Esses primeiros colégios instalados em território brasileiro, eram para crianças órfãs, por isso os padres jesuítas trouxeram cerca de aproximadamente sete meninos, com o propósito de aproximar os meninos órfãos dos meninos índios (curumins), para que pudessem evangelizar e ensinar as primeiras letras juntamente com as crianças órfãs, aproximando-se dos índios.

Contavam com um currículo primitivo, elaborado apenas para atingir a escrita, leitura, contas e canto para ensinar a doutrina cristã entre os pequenos.

A companhia não deu continuidade a estes colégios para órfãos e nem na formação de outras pessoas interessadas em seguir os ensinamentos do grupo. Por determinação das autoridades eclesiásticas portuguesas, em 1556 estas escolas foram transformadas em canônicas, com formação apenas para o sacerdócio. Assim, elas passaram a se chamar "Colégios de Jesus", voltados, exclusivamente, à formação daqueles que seguiriam a vida religiosa.

Em 1560, alguns dos poucos povoados que aqui existiam passaram à condição de vila e como sinal de desenvolvimento ganharam um pelourinho. Na sua maioria, estas cidades viviam da agricultura de subsistência de suas famílias. Os índios eram capturados e aprisionados pelos portugueses, para realizarem trabalhos forçados como escravos, na tentativa de implantar a lavoura de cana-de-açúcar em grande escala.

Era de São Paulo que partiam as Bandeiras em direção a outras localidades do País, muito embora essas entradas dos bandeirantes a outras localidades não contribuíssem para o crescimento econômico de São Paulo, foram eles os principais responsáveis "[...] pela exploração e ampliação do território brasileiro a sul e a sudoeste, bem como pelo extermínio das nações indígenas que resistem a esse empreendimento". (O ESTADO ..., 2005).

A corte Portuguesa confiante na continuidade do sucesso da empreitada da colonização da ideologia colonial, foi inaugurando mais colégios como os de São Vicente, por Leonardo Nunes, e o de Salvador, por Nóbrega. Logo, acompanhando a expansão dos trabalhos de catequese entre 1548 e 1604, quando cerca de 28 expedições de missionários foram enviadas à colônia, uma vasta rede de colégios espalhou-se pelo litoral: São Paulo (1554), Rio de Janeiro (1568), Olinda (1576), Ilhéus (1604), Recife (1655), São Luís (1554), Paraíba, Santos, Belém, Alcântara (1716), Vigia (1731), Paranaguá (1738), Desterro (1750).

No início do Séc.XVII os jesuítas chegam ao Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e daí para toda a Amazônia. As duas casas, fundadas pelos jesuítas em 1662 em São Luís e em 1616 em Belém, eram portos estratégicos para os jesuítas e logo se transformaram em grandes colégios, como centros de referência para a expansão missionária, para diversas aldeias indígenas espalhadas na região Amazônica.

Assim como na Europa a pedagogia dos jesuítas era de caráter diferenciador, para as diferentes classes sociais e promovendo a educação da elite. Nos colégios inaugurados no Brasil essa realidade se repetia. Os colégios ofereciam uma educação para formação humanística e a retórica, para atender aos interesses³ da Igreja e aos do patriarcado de cana-de-açúcar.

Outras ordens religiosas vieram e formaram suas escolas, entre elas, destaca-se a Primeira Missão Franciscana no país, em Olinda em 1585, onde foi fundado o Convento de Nossa Senhora das Neves, em São Paulo o Convento de Santos em 1639, Itanhaém (1654), em São Sebastião (1658) e o de Taubaté (1674).

Nas aldeias, vilas e cidades, estas escolas religiosas ensinavam a ler, escrever, contar e catequizar na doutrina da Igreja Católica. Essa ação jesuítica era fundamental para o sucesso da colonização nesta nova terra, onde, de forma tênue, os professores padres jesuítas retiravam dos índios as suas crianças, para entregarem aos colonos europeus para que fossem educados nos mesmos internatos das crianças brancas “[...] nos termos do senhor e da Madre Igreja, lançando depois os meninos, assim educados, contra os próprios pais. Tornando os filhos mais deles, padres, e dela, Igreja, do que dos caciques e das mães caboclas, dos senhores e das senhoras de engenho ou de sobrado”. (FREIRE, 1986, p. 72).

Outros colégios foram fundados pela Companhia de Jesus para assegurar que a ideologia colonial, que era de caráter disciplinador tanto na Europa como no Brasil, fosse garantida. Foram os jesuítas que melhor representaram,

[...] princípio da disciplina e da obediência [...] deixando um exemplo memorável disso em suas reduções e doutrinas. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões. (HOLANDA, 1995, p. 39)

Durante o primeiro século de colonização, a presença dos colégios jesuíticos era tão forte que chegava a influenciar fortemente as casas grandes em cidades como Salvador e também nos

[...] sobrados patriarcais, na sua autoridade sobre o menino, a mulher, o escravo [...]. Pelo colégio, como pelo confessionário e até pelo teatro, o jesuíta procurou tirar da casa-grande, duas de suas funções mais prestigiosas; a de escolas e a de Igreja, procurou enfraquecer a autoridade do *pater familias* em duas de suas raízes mais poderosas; a de senhor Pai e a de senhor Mando. (FREIRE, 1986, p. 72)

3 Vários estudantes que representavam as grandes famílias da época estudaram nos colégios do Brasil, numa época em que esta classe privilegiada normalmente estudava na Europa, assim como: Bento Teixeira, Frei Vicente do Salvador, Gregório de Matos Guerra, Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto e outros mais.

O ensino nas instituições jesuíticas baseava-se no *Ratio Studiorum*,⁴ era organizado em todas as instituições de forma uniforme a todos que frequentassem os colégios da Ordem Jesuítica, em qualquer lugar, onde houvesse a atuação dos missionários. Este estabelecia o currículo, a orientação e a administração do ensino dos colégios. O currículo dividia-se em duas partes distintas (inferiores e superiores), as inferiores tinham duração de seis anos. Nesta primeira parte os alunos tinham acesso às disciplinas de Retórica, Humanidades e Gramática. Na segunda parte, os alunos que eram escolhidos para os ensinos superiores, cursariam em mais três anos, as seguintes disciplinas: Estudos Gerais de Filosofia, abrangendo Lógica, Moral, Física, Metafísica e Matemática. Em ambos os grupos de estudos (primeiro e segundo) eram obrigatórios o Latim, o Grego e o Vernáculo.

A hierarquia administrativa das instituições de ensino da

[...] companhia dedica-se à obra dos colégios e universidades a fim de que nestes estabelecimentos melhor se formem os nossos estudantes no saber e em tudo quanto pode contribuir para o auxílio das almas e por sua vez comuniquem ao próximo o que aprenderem. (FRANCA, 1952, p. 133).

Já para as classes privilegiadas, nas escolas de ler e escrever, o ensino se dava em espaços preparados para oferecer cânticos, dança e boa literatura. Os jesuítas tinham dois tipos de escolas e de instrução. Uma para os índios baseada no controle da religião na instrução das primeiras letras para ler os ensinamentos da Igreja Católica; e para os filhos dos portugueses esses deveriam frequentar as escolas de primeiras letras destinadas aos estudos dos futuros bacharéis. Em qualquer um dos grupos não era permitida a frequência de crianças negras, mesmo as libertas não tinham acesso a qualquer tipo de escolaridade. Nessas escolas, organizadas para atender uma elite brasileira, que eram os filhos de portugueses e os filhos dos senhores de engenho, ensinavam o latim, aulas de teologia, doutrina cristã, sintaxe e sílabas, arte e ofício, dando prioridade a os interesses da educação da corte portuguesa.

Os jesuítas espalharam suas escolas ou missões nas principais cidades ou vilas, por todo o litoral brasileiro de norte a sul, e só embrenhavam-se pelos sertões em busca de caçar os índios, que eram trazidos para as três aldeias organizadas pelos Jesuítas, que eram: os Colégios de El-Rei e as de Repartição, os quais forneciam índios para a Companhia de Jesus, para o Rei e para particulares. E a terceira aldeia era a das Missões, que formavam grandes aldeamentos nos sertões e selvas como a Amazônia, organizando-se assim até sua expulsão do território brasileiro.

Por volta do século XVIII em Portugal, liderada por Dom Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, cresce a oposição que vinha criando força contra o poder dos jesuítas, que tornavam-se uma

4 *Ratio Studiorum* foi um método elaborado pelos jesuítas no final do século XVII, que se expandiu por toda a Europa e regiões do Novo Mundo. O objetivo deste método utilizado pelos jesuítas era levar a fé católica aos povos que eram invadidos pelos portugueses, para catequizar, servindo duplamente aos interesses de colonizar e da Igreja contra-reformista. O Brasil, que tinha o território como propriedade dos portugueses, passou em sua formação inicial por este "projeto" pedagógico dos jesuítas.

ameaça ao o poder do Rei, "parecendo" ser um Estado dentro de outro Estado português. Com isto o Marquês de Pombal consegue expulsar os jesuítas de Portugal e de suas colônias em 1759.

Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil um dos argumentos usados contra eles foi de que se opunham à escravidão dos índios. Nas primeiras Instituições Escolares que permitiam crianças índias e portuguesas estudarem juntas essa realidade foi se alterando e os indígenas foram proibidos de freqüentar as escolas de branco. Com a expulsão, saíram do Brasil 124 jesuítas da Bahia, 53 de Pernambuco, 199 do Rio de Janeiro e 133 do Pará. Com eles levaram também a organização monolítica baseada na *Ratio Studiorum*.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, os colégios e seminários por eles organizados foram fechados e muitos deles abandonados. E para substituir o sistema jurídico aqui implantado cria-se em 1770 a reforma pombalina dirigida por leigos, por isso chamada uma educação laica.

Neste período, os colégios que continuaram funcionando não estavam mais sob a jurisdição dos jesuítas. Foram eles: Seminário Episcopal, no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro.

Em 1772 é criado no Brasil o sistema das "aulas régias", proibindo-se usar os espaços deixados pelos jesuítas e também dar continuidade ao seu ensino. Todos que quebrassem esta regra seriam presos ou castigados, e não mais poderiam abrir escolas por ordem do rei de Portugal. As aulas eram ministradas em língua portuguesa, maneira de garantir a hegemonia das idéias lusitanas. A língua tupi, que era amplamente utilizada, passando a ser a mais conhecida e falada em toda costa brasileira, e o bilingüismo que era comum, quando da chegada dos jesuítas, passou a ser menos utilizado, até cair no esquecimento.

A partir das determinações do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que conferia às províncias a atribuição de legislar sobre a instrução pública, foram fundadas nas províncias, que tinham elevadas condições de renda, as escolas normais.

A criação das Instituições Escolares para formação de professores no Brasil teve mais êxito. A primeira foi fundada no Rio de Janeiro em 1835, a primeira Escola Normal; o mesmo ocorreu em São Paulo, onde a idéia de se criar uma Escola Normal foi consignada em lei de 16 de março de 1846 e funcionou precariamente e com pouca regularidade até 1854. Após 1860 as escolas passaram a funcionar regularmente e em 1862, foi criada a primeira normal na Bahia, seguida por Pernambuco e Paraíba em 1864; Rio Grande do Sul em 1869; Espírito Santo, em 1871; Pará em 1873; Amazonas e São Paulo em 1874; Rio Grande do Norte, e Paraná em 1875. A Escola Normal de São Paulo foi criada em 1874, inaugurada no ano seguinte, fechada em 1878, e reaberta em 1880.

O processo crescente de urbanização, ocorrido nas principais capitais de Províncias do Império brasileiro, que ocorre somente no século XIX, não estava associado ao desenvolvimento europeu, principalmente ao da Inglaterra com a expansão das grandes indústrias, movimentadas pelo capitalismo. No Brasil imperial, mantinham-se as tradicionais funções burocráticas, comerciais e portuárias, nos moldes portugueses. Através dos portos é que circulavam os produtos agrários, destinados ao mercado

externo, entre eles o açúcar nordestino, o café, o charque das Províncias do Sul, mulas e muitas outras riquezas.

O Rio de Janeiro era a Capital do Império colonial, por isso era a que maior destaque tinha com relação à corte portuguesa desde 1808, concentrando todas as principais decisões como Capital após a emancipação política. Durante os primórdios do Império, a cidade continuou a ser o principal centro político, burocrático, financeiro e comercial do país.

REFERÊNCIAS

O ESTADO DE SÃO PAULO. 100 anos de história. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especial/10anos/furos11.html>. Acesso em: 3 dez. 2005.

JORNAL DA TARDE. 100 anos de história. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especial/10anos/furos11.html>. Acesso em: 3 dez. 2005.

FRANCA, L. **O método pedagógico jesuítico**. O "Ratio Studiorum". Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. v. 2.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

TAPAJÓS, Vicente. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

PAIVA, José Maria. **Padre Vieira**. São Paulo: Ícone, 2002.